



Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

## **Regimento Interno da Procuradoria de Justiça Desportiva do Estado do Espírito Santo**

### **Preâmbulo**

O presente Regimento Interno disciplina a organização, as competências, os procedimentos, os prazos e as responsabilidades no âmbito da Procuradoria de Justiça Desportiva do Estado do Espírito Santo, com o objetivo de garantir a eficiência, a celeridade, a uniformidade de atuação e o cumprimento das atribuições institucionais.

### **Capítulo I – Da Estrutura e Finalidade**

**Art. 1º.** A Procuradoria de Justiça Desportiva do Estado do Espírito Santo é órgão permanente e essencial à Justiça Desportiva, incumbindo-lhe a defesa do Estado Democrático de Direito, da cidadania, da moralidade pública, da ordem jurídica, a promoção da legalidade, da disciplina e do interesse público no âmbito desportivo e suas atividades serão reguladas por este regimento interno, nos termos dos artigos 21 e 286-B do CBJD, sem prejuízo dos direitos e deveres contidos nas normas nacionais e internacionais aplicáveis, regras da modalidade de futebol e no Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

Parágrafo único. São princípios institucionais da Procuradoria de Justiça Desportiva a unidade, a indivisibilidade e a independência.

**Art. 2º.** Compõem a Procuradoria: o Procurador Geral, o sub-Procurador Geral, Procuradores, e o corpo técnico-administrativo que der suporte às atividades finalísticas.

**Art. 3º.** São competências institucionais da Procuradoria de Justiça Desportiva:

I. Promover a responsabilidade desportiva das pessoas naturais ou jurídicas que violarem as normas desportivas, em especial o CBJD;

II. A defesa da ordem jurídico-desportiva;



## Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

- III. A defesa dos princípios constitucionais de direito desportivo;
- IV. A defesa dos princípios previstos no art. 2º do CBJD;
- V. Elaborar e promover denúncias e representações quando presentes indícios de infração das normas desportivas, previstos em lei ou Código;
- VI. Atuar nas sessões do Tribunal, sustentando oralmente as teses da Procuradoria;
- VII. Emitir pareceres, manifestações e petições conforme atribuição funcional definida neste regimento;
- VIII. Formalizar as providências legais e processuais e acompanhá-las em seus trâmites;
- IX. Requerer vistas dos autos;
- X. Interpor recursos nos casos previstos em lei ou CBJD ou propor medidas que visem à preservação dos princípios que regem a Justiça Desportiva;
- XI. Requerer a instauração de inquérito;
- XII. Exercer a função de fiscal da lei e defender o interesse público desportivo ou outras funções previstas no CBJD, na legislação esportiva e nas normas da modalidade.

Parágrafo único. O não oferecimento de denúncia será sempre motivado e analisado pelo Presidente do Tribunal, na forma do art. 37, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Espírito Santo.

### **Capítulo II – Da Organização Interna**

**Art. 4º.** A Procuradoria de Justiça Desportiva será dirigida pelo Procurador-Geral, escolhido por votação da maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno, dentre uma lista tríplice, indicada pela entidade de administração do desporto.

§ 1º O sub-Procurador Geral na ausência do Procurador Geral terá assento perante o Pleno do Tribunal;



Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

§ 2º O sub-Procurador Geral e os Procuradores que atuarão perante as comissões disciplinares serão indicados pela maioria dos membros do Tribunal Pleno do TJD/ES, a partir de sugestões de nomes apresentadas, devendo o Presidente preparar lista com todos os nomes sugeridos, em ordem alfabética;

§ 3º Os procuradores necessariamente deverão ser advogados ou bacharéis em ciências jurídicas e sociais e de conduta ilibada;

§ 4º Os Procuradores terão mandato idêntico ao estabelecido para os Auditores do Tribunal Pleno e serão empossados pelo Presidente do Tribunal, o qual é intransferível, pessoal e será de 04 (quatro) anos, a contar a partir da data da posse para o cargo e sendo permitida uma única recondução de igual período;

§ 5º Os membros da Procuradoria de Justiça Desportiva devem agir com impessoalidade e zelar pela observância dos princípios e competências do Órgão, bem como pelo livre exercício de suas funções.

**Art. 5º.** Caberá ao Procurador Geral:

- I. Representar, coordenar e supervisionar a atuação da Procuradoria;
- II. Indicar os membros da Procuradoria ao Presidente do TJD/ES e Tribunal Pleno para a homologação;
- III. Elaborar e aprovar escalas de trabalho, presença em sessões e relatórios de atividade, tendo como base o calendário de competições;
- IV. Comparecer ou designar o sub-Procurador Geral, quando da sua ausência, às sessões do Pleno do TJD/ES;
- V. Decidir, atendendo à necessidade do serviço, pedidos formulados pelos membros sobre remoção ou permuta;
- VI. Determinar a sindicância interna conforme o caso, para se apurar infrações disciplinares de seus membros;
- VII. Requisitar o desligamento de Procuradores ao Presidente e ao Pleno do TJD/ES;
- VIII. Autorizar o afastamento de membros da Procuradoria de Justiça Desportiva;



Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

- IX. Determinar a elaboração da proposta orçamentária da Procuradoria de Justiça Desportiva, submetendo-a, para aprovação, ao Pleno do TJD/ES;
- X. Determinar a elaboração do relatório das atividades da Procuradoria de Justiça Desportiva;
- XI. Solicitar apoio material junto ao Presidente do TJD/ES para o fiel cumprimento das obrigações dos Procuradores;
- XII. Instituir normas gerais para a rotina de trabalho dos procuradores, incluindo prazos internos, requisição de provas, uniformização de denúncias e entendimento, oferecimento de transação desportiva dentre outros;
- XIII. Analisar e aprovar os pareceres, recursos e medidas inominadas apresentadas ou interpostas perante o TJD/ES podendo atuar diretamente na elaboração de tais peças, quando for o caso e a complexidade ou urgência da causa exigir;
- XIV. Manifestar perante os órgãos da imprensa, quando for o caso;
- XV. Exercer outras atividades previstas em lei e no CBJD.

**Art. 6º.** Caberá ao sub-Procurador Geral:

- I. Substituir o Procurador Geral em seus impedimentos e afastamentos, quando houver delegação expressa;
- II. Coordenar o trabalho dos Procuradores, procedendo a distribuição do trabalho entre eles;
- III. Elaborar denúncias quando constantes em sua escala ou quando o Procurador designado não o faz;
- IV. Revisar as denúncias dos Procuradores;
- V. Informar o Procurador Geral caso algum membro da Procuradoria não esteja cumprindo com seus deveres;
- VI. Informar ao Procurador Geral sobre a necessidade de nomeação de novos Procuradores;



## Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

**Art. 7º.** O membro da Procuradoria de Justiça Desportiva, em respeito à dignidade de suas funções e à da Justiça, deve observar as normas que regem o seu exercício e especialmente:

- I. Cumprir os prazos processuais;
- II. guardar segredo sobre assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou função;
- III. Velar por suas prerrogativas institucionais e processuais;
- IV. Prestar informações ao Procurador Geral, ao sub-Procurador Geral e aos órgãos do TJD/ES quando requisitados;
- V. Atender ao expediente da Justiça Desportiva e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença; ou assistir a outros, quando conveniente ao interesse do serviço;
- VI. Declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;
- VII. Adotar as providências cabíveis em face das irregularidades ou infrações disciplinares de que tiver conhecimento ou que ocorrerem nos serviços a seu cargo;
- VIII. Tratar com urbanidade as pessoas com as quais se relacione em razão da sua função;
- IX. Desempenhar com zelo e probidade as suas funções;
- X. Guardar decoro pessoal.

**Art. 8º.** Aplica-se aos Procuradores, no que couber e for compatível, o disposto nos artigos 14, 16, 18 e 20 do CBJD.

### **Capítulo III – Dos Prazos para Análise, Elaboração de Denúncia e Providências**

**Art. 9º.** O cumprimento de prazos é essencial ao desempenho da Procuradoria. Define-se o prazo interno máximo para análise e elaboração de denúncia ou parecer final de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento dos autos, salvo motivo justificado e previamente aceito pela Chefia:



## Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

§ 1º Em casos de complexidade comprovada, o Procurador responsável poderá solicitar prorrogação por igual período (até 05 dias úteis adicionais), desde que formalize o pedido por escrito e comprove as razões, submetendo-o à aprovação do Procurador-Geral.

§ 2º A ausência de manifestação no prazo implicará comunicação automática à Chefia e poderá ensejar aplicação de medidas administrativas previstas no Capítulo VIII deste Regimento.

**Art. 10º.** Os prazos para produção de peças processuais em grau recursal ou manifestações em sede de defesa de teses observarão aqueles previstos no Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

### **Capítulo IV – Da Presença em Sessões do TJD**

**Art. 11.** A presença dos Procuradores nas sessões do Tribunal será realizada mediante escala previamente definida pelo Procurador Geral e o sub-Procurador Geral de Justiça Desportiva, constituindo requisito obrigatório para o exercício da função, salvo motivo relevante devidamente justificado e comunicado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. Antes da instituição da escala, os Procuradores deverão ser ouvidos, a fim de evitar conflitos de agenda e assegurar o adequado funcionamento das atividades da Procuradoria.

**Art. 12.** Procedimentos para ausência e substituição:

I. A ausência deverá ser justificada por escrito, com antecedência de 48 horas; quando a ausência ocorrer de forma imprevista, deverá ser comunicada imediatamente à Chefia por telefone e por mensagem, com a posterior juntada da justificativa documental;

II. A substituição será feita por outro Procurador previamente escalado ou, na falta deste, por indicação do Procurador-Geral.



## Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

**Art. 13.** A ausência injustificada ou falta de apresentação formal da justificativa por escrito ensejará a aplicação de medidas administrativas previstas no Capítulo VIII deste Regimento.

Parágrafo único. A reincidência nas faltas sujeitará o procurador às medidas disciplinares mais gravosas, observadas as normas legais e regimentais aplicáveis.

### Capítulo V – Dos Procedimentos para Elaboração da Denúncia

**Art. 14.** A denúncia deverá observar os requisitos de clareza, fundamentação jurídica, menção expressa aos fatos e provas, indicação de autoria e enquadramento legal, bem como o pedido expresso de aplicação da sanção cabível.

**Art. 15.** Estrutura mínima da peça inicial (denúncia):

- I. Endereçamento e qualificação;
- II. Exposição dos fatos com indicação cronológica;
- III. Prova documental e rol de testemunhas (quando necessário);
- IV. Fundamentação jurídica;
- V. Pedidos e requerimentos (inclusive juntada de documentos e produção de prova);
- VI. Assinatura do Procurador responsável.

**Art. 16.** Padrões de qualidade e formatação: todas as peças deverão seguir o modelo padrão adotado pela Procuradoria (capa, sumário executivo, paginação, assinatura digital quando aplicável).

### Capítulo VI – Da Comunicação Interna e Controle de Prazos

**Art. 17.** Haverá obrigatoriedade de inserção de movimentação processual no sistema eletrônico de controle fornecido e instituído pelo TJD/ES sempre que houver qualquer ato ou despacho, com sumário objetivo das providências adotadas.



## Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

**Art. 18.** O Procurador deverá acompanhar diariamente o sistema eletrônico processual disponibilizado pelo TJD/ES, mantendo-se atento às distribuições de súmulas e às comunicações oficiais encaminhadas pela Secretaria da Procuradoria.

§ 1º O recebimento do e-mail de distribuição encaminhado pela Secretaria deverá ser confirmado pelo Procurador responsável no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para fins de ciência formal e início da contagem dos prazos processuais.

§ 2º Na hipótese de ausência de confirmação do e-mail, a comunicação realizada no grupo oficial de Procuradores será considerada ciência válida, contudo, o início da contagem do prazo para análise, elaboração de denúncia ou emissão de parecer de não prosseguimento será do encaminhamento do e-mail pela Secretaria do TJD/ES.

§ 3º É dever do Procurador zelar pela regularidade e tempestividade de suas manifestações, utilizando o sistema eletrônico processual disponibilizado pelo TJD/ES como ferramenta principal de controle e acompanhamento dos prazos processuais e administrativos.

§ 4º O descumprimento injustificado e reiterado das obrigações previstas neste artigo sujeitará o Procurador às medidas disciplinares previstas no Capítulo VIII deste Regimento.

### **Capítulo VII – Dos Relatórios e Avaliação de Desempenho**

**Art. 19.** Os Procuradores apresentarão relatório trimestral de atividades, contendo: número de processos analisados, denúncias apresentadas, sustentações orais, ausências justificadas e não justificadas, e outras atividades relevantes.

**Art. 20.** A Chefia realizará avaliação semestral baseada em indicadores de produtividade, qualidade técnica e assiduidade, com críticas construtivas e plano de melhoria quando indicado.





Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

## **Capítulo VIII – Das Sanções e Medidas Disciplinares**

**Art. 21.** As infrações disciplinares e respectivas sanções serão aplicadas conforme a gravidade, observando princípios do contraditório e ampla defesa. Exemplos de medidas:

- I. Advertência escrita;
- II. Suspensão;
- III. Desligamento.
- IV. Comunicação formal aos órgãos administrativos e, quando for o caso, instauração de procedimento disciplinar.

**Art. 22.** As sanções previstas no artigo anterior serão aplicadas:

- I. A de advertência, reservadamente e por escrito, em caso de negligência no exercício das funções;
- II. A de suspensão, até quarenta e cinco dias, em caso de reincidência em falta anterior punida com advertência, em casos de omissão ou perda de prazo processual, ou irregularidade grave;
- III. As de desligamento, nos casos de:
  - a) Reincidência em casos de desídia, descumprimento de suas funções institucionais, de prazos e determinações do Procurador Geral ou do sub-Procurador Geral;
  - b) Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º, da Constituição Federal;
  - c) Condenação por infração disciplinar ao CBJD, ou por atuar deliberadamente de modo a favorecer a parte em processo desportivo disciplinar ou que discuta questões de regulamento;
  - d) Incontinência pública e escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade da Instituição;
  - e) Abandono de cargo;
  - f) Violação de sigilo, em assunto que conheça em razão do cargo ou função, comprometendo a dignidade de suas funções ou da justiça desportiva.



## Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

§ 1º Considera-se reincidência, para os efeitos deste Regimento, a prática de nova infração, dentro de quatro anos após cientificado o infrator do ato que lhe tenha imposto sanção disciplinar.

§ 2º Considera-se abandono do cargo a ausência do membro da Procuradoria ao exercício de suas funções, sem causa justificada, por mais de três sessões consecutivas ou duas denúncias consecutivas e quatro alternadas que tenha se omitido quando escalado a comparecer ou oferecer.

**Art. 23.** Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes do infrator, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias em que foi praticada e os danos que dela resultarem ao serviço ou à dignidade da Instituição ou da Justiça Desportiva.

**Art. 24.** As infrações disciplinares serão apuradas em procedimento administrativo, quando lhes forem cominadas penas de desligamento, que seguirá da seguinte forma:

- I. Instauração de procedimento administrativo interno para apurar os fatos;
- II. Notificação formal ao Procurador investigado, oportunidade de defesa em prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis;
- III. Decisão motivada da Chefia, com possibilidade de recurso interno ao próprio Procurador-Geral ou ao órgão competente previsto no normativo da instituição.

**Art. 25.** Compete ao Procurador Geral aplicar a seus membros as penas de advertência e suspensão.

## Capítulo IX – Da Transparência e Acesso à Informação

**Art. 26.** A Procuradoria promoverá, observadas as restrições legais, a transparência de suas atividades, divulgando relatórios institucionais e normativas internas.

**Art. 27.** As solicitações de informação deverão ser respondidas no prazo legal aplicável, ficando vedada a omissão ou retardamento injustificado.



Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Espírito Santo

## Capítulo X – Das Disposições Finais

**Art. 28.** A Procuradoria de Justiça Desportiva terá presença e palavra asseguradas em todas as sessões do Pleno e das Comissões Disciplinares, e assento ao lado direito do Presidente do respectivo Órgão Judicante.

**Art. 29.** As garantias e prerrogativas dos membros da Procuradoria de Justiça Desportiva são inerentes ao exercício de suas funções e irrenunciáveis.

Parágrafo único. As garantias e prerrogativas previstas no CBJD, no regimento interno do TJD/ES e neste regimento não excluem as que sejam estabelecidas em outras leis e normas.

**Art. 30.** Este Regimento poderá ser alterado por proposta do Procurador-Geral ou de maioria simples dos Procuradores, observadas as formalidades regimentais.

**Art. 31.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral, salvo quando a matéria exigir norma específica ou instância superior para decisão.

**Art. 32.** Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Procurador Geral.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FILIPE TAVARES DE OLIVEIRA NEVES  
Data: 18/11/2025 15:27:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Filipe Tavares de Oliveira Neves

Procurador Geral do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Espírito Santo

**ROGERIO  
FARIA  
PIMENTEL**

Assinado de forma  
digital por ROGERIO  
FARIA PIMENTEL  
Dados: 2025.11.18  
17:10:15 -03'00'

Rogério Faria Pimentel

Sub-Procurador Geral do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Espírito Santo